



Análise de Conjuntura

Boletim periódico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

Os textos são da exclusiva responsabilidade de seus autores. O boletim destina-se a promover discussões sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados.

NESTA EDIÇÃO: 1. Economia argentina.
2. Lei dos meios de comunicação na Argentina.

Argentina de Menem a Kirchner: oscilando entre extremos

Em pouco menos de duas décadas, a política econômica argentina obedeceu dois modelos radicalmente opostos: o Plano de Conversibilidade, que ressuscitou as “caixas de conversão” (currency boards) na década de 90, foi substituído por um modelo destoante dos “manuais” normalmente aceitos por investidores.

Ainda assim, a economia recuperou-se com vigor, mais do que compensando a abrupta perda de produto ocorrida entre 1999 e 2001. Renegociação forçada da dívida, câmbio desvalorizado, superávits gêmeos e acúmulo de reservas internacionais eram suas marcas registradas até a chegada da crise internacional, que afetou o país de uma forma singular.

Em 2007, antes mesmo da quebra do Lehman Brothers, houve forte fuga de capitais. Depois disso, o Banco Central argentino teve que combater mais três episódios semelhantes, mas considera que o pior já passou. Porém, a solidez do modelo está longe de ser uma unanimidade. A perda de credibilidade dos números divulgados pelo governo dificulta a análise da situação real do país.

Os anos Menem

A partir de 1º abril de 1991, a Argentina adotou o Plano de Conversibilidade, pelo qual a oferta monetária interna passou a depender da variação das reservas internacionais. Dez mil austrais foram convertidos em um peso que, por sua vez, passou a valer um dólar, estabelecendo um regime bimonetário com livre circulação de ambas as moedas.

Expediente

Boletim de Análise de Conjuntura (BAC). Ano 1, nº 38. Quarta-feira, 18 de novembro de 2009.

Colaboraram neste número: Bernardo Felipe Estellita Lins e Murilo Rodrigues da Cunha Soares. Revisão: Aurélio Palos e Humberto Veiga.

O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Destina-se a promover o debate sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados, incluída a Consultoria Legislativa.

O sucesso no combate à inflação foi total: redução de 1.344%, em 1990, para 84% em 1991; 18% em 1992; 7,4% em 1993; e, até 2001, manteve-se abaixo de 2%, com pequenos episódios de deflação.

Alfredo Calcagno, Sandra Manuelito e Daniel Titelman (*From hard-peg to hard landing? Recent experiences of Argentina and Ecuador*, CEPAL, 2003) analisam o Plano em três períodos distintos:

Argentina: Taxa anual de crescimento (Base: dólares de 1995)			
Item	1991-1994	1995-1998	1999-2001
PIB	8,0	3,6	-2,8
Importações	54,3	12,8	-10,9
Exportações	2,9	15,4	1,3
Fonte: Calcagno, Manuelito & Titelman (CEPAL).			

Na fase inicial, o fim da inflação trouxe forte crescimento do PIB. Segundo os ideólogos do Plano, o desequilíbrio nas contas externas, que já se desenhava, seria corrigido pela elevação da produtividade em decorrência das privatizações e da implementação de outras reformas voltadas para a atração de capitais.

Com a crise do México, em 1994/95, iniciou-se a segunda fase, na qual os problemas estruturais do modelo ficaram mais evidentes, na medida em que este vinha sendo sustentado, basicamente, pelo endividamento externo do setor público.

A partir de 1999, começou a fase final. Naquele ano, após quase uma década de Carlos Menem no poder, a oposição venceu as eleições com Fernando de la Rúa, herdando uma economia em caos.

Entre 1991 e 2000, a dívida externa havia saltado de US\$ 59 bilhões para US\$ 147 bilhões (60% do setor público; 40% do setor privado). A desnacionalização da moeda tinha sido acompanhada por um aumento na participação dos bancos estrangeiros, de 16% em 1995 para 48% em 2000, numa tentativa de tornar o sistema financeiro mais robusto e confiável aos ariscos depositantes argentinos. As privatizações haviam se esgotado. O último grande lance foi a venda da YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*) para a espanhola Repsol, em 1999. O endividamento externo, em especial do setor público junto a organismos oficiais, tornou-se o único mecanismo de defesa das reservas internacionais. O país passou a sofrer episódios de resgates de depósitos e fuga de capitais. A ajuda de US\$ 40 bilhões do FMI, em dezembro de 2000, mostrou-se ineficaz, já que envolvia basicamente reescalonamento de vencimentos, com ingresso de pouco dinheiro novo. Idem, em relação ao aporte emergencial de US\$ 8 bilhões, realizado em setembro de 2001.

Os desequilíbrios nas contas externas tinham como contraface fiscal a queda de receitas pela perda de dinamismo da economia e o aumento do pagamento de juros e encargos sobre a dívida pública. A privatização do regime de aposentadorias públicas agravou a situação. Com a migração do regime de distribuição para o de capitalização, o grosso do fluxo das contribuições migrou para o setor privado enquanto as despesas correntes com aposentados e pensionistas mantiveram-se por conta do governo.

Ministros da Economia sucederam-se no cargo. López Murphy implementou um pacote fiscal com duro corte de gastos públicos. A medida agravou a recessão e produziu mais queda de receitas. Ironicamente, coube a Domingo Cavallo – o principal mentor do Plano de Conversibilidade – a condução do seu réquiem. Foram adotadas medidas dramáticas como: a Lei do Déficit Zero, pela qual a única despesa que o governo se comprometia a pagar integralmente eram os encargos da dívida, reduzindo os demais gastos na proporção que fosse necessária para zerar as contas do governo; a Lei da Intangibilidade, que garantia formalmente os depósitos bancários em suas várias modalidades e moedas; e o decreto do “corralito”, que não proibia o uso do dinheiro por meio de cartões magnéticos, mas limitava o saque em moeda a 250 pesos (US\$ 250) semanais por correntista.

No fim de 2001, o modelo sucumbiu, com fuga de capital da ordem de US\$ 20 bilhões durante o ano, metade das reservas à época. O fim da moeda nacional era evidente, pois quatorze espécies diferentes passaram a circular em onze províncias. Desemprego e subemprego alcançaram o patamar de 30% da população ativa, com índices de pobreza e indigência inéditos num país outrora com indicadores sociais de primeiro mundo. Mais de trinta pessoas morreram em confrontos de rua.

O presidente de la Rúa renunciou. Presidentes indicados pelo Congresso se sucederam no cargo: Ramón Puerta, Adolfo Rodríguez Saá, Eduardo Camaño e Eduardo Duhalde. Ironicamente, mais uma vez, coube a este – o candidato peronista derrotado nas eleições de 1999 – conduzir a transição de um modelo para o outro. Em fevereiro de 2002, foi adotada a “pesificação assimétrica”: as dívidas em dólar foram convertidas ao par, enquanto os depósitos pela taxa de 1,40 pesos por dólar. Em dezembro, o “corralito” foi revogado: os correntistas puderam sacar seus depósitos na paridade acima. Porém, à época, o peso já era cotado em 3,60 por dólar.

O modelo naufragou. Encerrava-se, assim, a versão moderna das “caixas de conversão” (*currency boards*) utilizadas nas colônias inglesas e no Brasil, aqui para manter a política de valorização do café em 1906 e 1926.

Os anos Kirchner

Em 2003, ocorreram as eleições presidenciais. Não houve disputa no 2º turno: Carlos Menem, que tinha vencido o 1º turno por pequena margem, retirou-se do pleito. Em maio, Néstor Kirchner foi empossado com diminuto capital político, afinal havia conquistado apenas 22% dos votos na primeira rodada. O Ministro da Economia de Duhalde – Roberto Lavagna – foi mantido no cargo.

O novo modelo econômico revelou-se uma verdadeira antítese do Plano de Conversibilidade. Vários princípios do “manual das boas práticas econômicas” – aquele defendido por organismos internacionais e investidores do setor privado – têm sido violados.

Os títulos da dívida pública, em moratória desde 2001, foram renegociados em maio de 2005, após dois anos de duro embate com os credores. Mais de 152 tipos de títulos, totalizando cerca de US\$ 80 bilhões, foram trocados por três novos papéis, com vencimento em 2033, 2038 e 2045 e abatimento variando entre 45% e

75%. Em 2006, a dívida com o FMI de quase US\$ 10 bilhões foi liquidada. A dívida externa do setor público, que havia alcançado 95% do PIB em 2002, sofreu abrupto corte. Em 2008, graças a medidas adicionais, essa razão havia se reduzido para 18,5%. No mesmo período, a dívida pública total caiu de 166% para 48,5% do PIB.

O governo Cristina Kirchner – no poder desde dezembro de 2007 – vem cogitando reabrir negociações com os chamados *holdouts*, credores que não aceitaram a troca de títulos e continuam processando o governo argentino para receber a integralidade dos valores originalmente pactuados.

O regime continua bimonetário. Depósitos e empréstimos em pesos convivem com similares em dólar, podendo ser convertidos livremente uns nos outros. Todavia, as instituições financeiras devem seguir regras que buscam evitar ou minimizar o descasamento de prazos e taxas entre as operações ativas e passivas em cada uma das moedas.

Conforme a *Presentación del Programa Monetario 2009*, o *Banco Central de la República Argentina* – BCRA persegue metas quantitativas de agregados monetários, mais especificamente do M2 e suas variações. Segundo o relatório, as metas foram rigorosamente cumpridas por 22 trimestres consecutivos. Os efeitos dessa política monetária sobre os preços têm sido ... bem, ninguém sabe ao certo, pois a inflação efetiva é uma incógnita.

Guillermo Rozenwurcel e Claudia Vásquez (*Argentina ante la crisis: Respuestas de política económica subordinada al conflicto político*, agosto de 2009), da *Universidad Nacional de San Martín*, afirmam que o índice oficial de inflação, apurado pelo *Instituto Nacional de Estadística y Censos* – INDEC, perdeu completamente a credibilidade após a intervenção do governo naquele órgão, ocorrida em janeiro de 2007.

Os autores informam que indicador apurado por uma consultoria privada (*Economía y Regiones*) apontava uma forte escalada inflacionária entre março de 2007 (taxa anualizada de aproximadamente 10%) e abril de 2008 (quase 25%). No mesmo período, o índice do INDEC (preços ao consumidor na Grande Buenos Aires) esteve sempre abaixo de 9%.

Orlando Spotorno, da consultoria Orlando Ferreres & Asociados, afirma que, do início de 2007 até agora, a variação dos preços no varejo foi de 62%, mas o INDEC a calcula em 23%. Como a renegociação da dívida envolveu títulos parcialmente indexados à taxa de inflação, essa disparidade teria possibilitado ao governo economizar entre US\$ 11 e 12 bilhões no período (Valor Econômico, 16-11-2009).

De toda forma, tanto o índice oficial quanto o privado mostram um pronunciado arrefecimento da inflação a partir de junho de 2008. A taxa oficial de setembro de 2009 foi de 5,7% anuais.

A taxa de câmbio segue o regime “flutuante administrado” e, desde o fim da conversibilidade, o peso é mantido desvalorizado. Segundo a CEPAL (que utilizou os dados oficiais de inflação), entre 2002 e 2008, a taxa de câmbio real oscilou entre

200 e 230, com a referência (100) na média de 2000. A cotação atual gira em torno de 3,8 pesos por dólar (2,2 pesos por real).

As contas externas reagiram fortemente com o câmbio favorável e o aumento nos preços das *commodities*, além da imposição de várias barreiras não tarifárias contra as importações. Rozenwurcel e Vásquez informam que, em março de 2009, estavam submetidos ao sistema LNA (*Licencias no Automáticas*), nada menos que 13 regimes de importação, congregando 270 posições tarifárias. As importações da China (36%) e Brasil (30%) são as mais submetidas a esses controles administrativos.

Como resultado, desde 2002, o balanço de transações correntes é francamente superavitário e, desde 2003, a variação das reservas internacionais é positiva:

Argentina – Contas externas (US\$ milhões)									
Conta	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Transações correntes	-8.955	-3.780	8.767	8.140	3.212	5.275	7.770	7.412	7.034
Balança comercial	2.452	7.385	17.178	16.805	13.265	13.087	13.958	13.456	15.464
Exportações	26.341	26.543	25.651	29.939	34.576	40.387	46.546	55.980	70.021
Importações	23.889	19.158	8.473	13.134	21.311	27.300	32.588	42.525	54.557
Conta financeira	7.737	-17.679	-22.158	-17.177	-10.164	2.143	6.439	4.188	-10.724
Saldo global	-1.218	-21.459	-13.391	-9.037	-6.952	7.418	14.208	11.600	-3.690
Variação nas reservas	-439	-12.083	-4.516	3.581	5.319	8.857	3.529	13.098	9
Tx. Câmbio real (2000 = 100)	100,0	95,9	225,8	205,0	212,8	213,4	218,0	222,1	229,1

Fonte: CEPAL (a partir de dados oficiais).
* Estimativa.

Aliás, a Argentina é um dos poucos países do mundo a produzir “superávits gêmeos” neste começo de século XXI. A tabela abaixo mostra que, nos últimos anos, o governo central tem seguido uma política de aperto fiscal, com obtenção de superávit primário para todo o período e de superávit nominal (após o pagamento de juros da dívida pública), a partir de 2003.

Argentina – Resultado fiscal do Governo Central (% PIB)									
Rubrica	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Receitas totais	15,2	14,3	14,2	16,1	16,3	16,7	17,2	18,2	19,3
Gastos totais	17,3	18,3	14,8	15,9	14,4	16,3	16,2	17,5	18,8
Juros	3,4	4,0	2,1	1,9	1,3	1,9	1,7	2,1	2,1
Resultado primário	1,3	0,0	1,5	2,1	3,2	2,3	2,7	2,7	2,5
Resultado nominal	-2,1	-4,0	-0,6	0,2	2,0	0,4	1,0	0,6	0,4

Fonte: CEPAL (a partir de dados oficiais).
* Estimativa.

As províncias também mostravam um desempenho fiscal equilibrado, pelo menos até a chegada da crise. Segundo Rozenwurcel e Vásquez, em 2004, elas registraram superávit primário de +1,4% do PIB e nominal de +1,1% do PIB. Já em 2008 apuraram déficit primário de -0,1% do PIB e nominal de -0,4% do PIB, montantes ainda modestos e incapazes de reverter o superávit do setor público como um todo. Mas, como se verá à frente, esse quadro favorável pode ter se revertido.

Ainda sobre a questão fiscal, vale o registro de que a carga tributária do governo central aumentou em seis pontos percentuais do PIB entre 2002 e 2008, boa parte deles explicados por duas outras “heresias”: taxaço das movimentações financeiras e cobrança de tributos sobre as exportações. A CPMF argentina responde por 8% das receitas do governo central e sua incidência geral sobre a operação bancária é de 0,6% no débito e mais 0,6% do crédito, mais do que o triplo da congênere brasileira. A cobrança das *retenciones* e de outros tributos sobre o comércio exterior, que em 2001 representavam 4% da receita, em 2008, responderam por 14% do total.

A crise chegou à Argentina?

Sim, e mais cedo do que aqui.

Segundo Rozenwurcel e Vasquez, entre o primeiro trimestre de 2007 e o terceiro de 2008, antes mesmo da quebra do *Lehman Brothers*, o país já havia sofrido fuga de capitais de mais de US\$ 22,2 bilhões. Outros US\$ 12,2 bilhões escaparam nos dois trimestres subsequentes. A partir de setembro de 2008 até março de 2009, a fração dos depósitos em dólar em relação ao total de depósitos privados elevou-se de pouco mais de 14% para quase 20%. O risco-país, que até fevereiro de 2007 era pouco superior ao nosso – na faixa de 200 pontos –, passou a oscilar entre 1.400 e 1.900 pontos. A taxa de crescimento da base monetária e do meio circulante reduziu-se drasticamente a partir de outubro de 2008, a ponto de, em março de 2009, ter ocorrido uma contração da primeira.

Os autores estimam que, no ano de 2009, ainda será possível realizar um modesto superávit primário (0,1% PIB = +0,9% do governo central -0,8% das províncias), mas o setor público fechará com déficit nominal (-2,4% PIB = -1,3% do governo central -1,1% das províncias), o que é preocupante para um país que virtualmente não tem capacidade de endividamento. Para cobrir a diferença, acreditam que serão utilizadas as receitas da (re)estatização do sistema previdenciário, ocorrida em fins de 2008, e de adiantamentos de recursos dentro do próprio setor público (BCRA, *Banco de la Nación* e outros órgãos estatais).

Por outro lado, os números oficiais de crescimento do PIB indicam um bom desempenho, dadas as circunstâncias. Na comparação interanual, o INDEC avalia que o PIB manteve-se em crescimento no 4º trimestre de 2008 (+4,1%) e no 1º de 2009 (+2,0%). Somente no 2º trimestre de 2009, o órgão oficial registrou uma discreta retração do produto (-0,8%).

O BCRA reconhece a ocorrência de quatro ataques especulativos: em julho-outubro de 2007; em abril-junho de 2008 (durante embate do governo contra o agronegócio – *El Campo*); em setembro-novembro de 2008; e em março de 2009. Destaca, no entanto, que as regras prudenciais implementadas ao longo dos últimos anos e a adoção de políticas de oferta de liquidez em moeda nacional e estrangeira, possibilitadas pelo acúmulo de reservas internacionais e pelos superávits de caixa, teriam garantido a manutenção da estabilidade sistêmica, fato inédito nas últimas décadas na Argentina, quando imersa em crises dessa dimensão.

Na reunião do FMI ocorrida em Istambul, em outubro de 2009, o atual Ministro da Economia – Amado Boudou – afirmou que o pior já havia passado, esperando crescimento do PIB, ainda que modesto, neste ano (+0,5%) e no próximo (+2,5%). O país disporia de um bom volume de reservas internacionais (US\$ 45,1 bilhões), folga na balança comercial (US\$ 14,1 bilhões em 2009) e superávit primário nas contas fiscais (1,36% do PIB, em 2009, e 2,29%, em 2010), fundamentos sólidos o suficiente para enfrentar futuras turbulências.

Afinal, quem está com a razão? Os analistas com seu pessimismo ou o otimista representante do governo? A Argentina está bem armada para enfrentar eventual repique da crise?

É difícil responder a essas perguntas. De concreto mesmo, restam algumas poucas certezas. Primeiro, os índices oficiais perderam credibilidade; não há uma “régua” comum para medir boa parte dos indicadores argentinos. Ainda assim, parece ser possível afirmar que a inflação, uma das fragilidades do atual modelo, encontra-se em patamar mais bem comportado depois do início da crise.

Segundo, a exposição a ataques especulativos não são exclusividade do modelo argentino. Reportagem desse final de semana (“Os bastidores da crise”, Valor Econômico, 13-11-2009), mostra que nem mesmo países com modelos muito bem comportados, como o nosso, estão imunes a ataques dessa natureza.

Terceiro, ninguém pode acusar os argentinos de não procurarem uma fórmula própria para reverter o persistente declínio sócioeconômico que se observa no país há décadas. Os dois modelos aqui sucintamente descritos parecem fazer parte de um mesmo movimento pendular: o “kirchnerismo” assemelha-se a uma resposta à altura aos quase dez anos de economia “menemista”. Em comum, eles têm o radicalismo da proposta, o desassombro na implementação e as divisões e paixões que suscitam na sociedade, características que fazem um bom tango, mas que nem sempre são as mais aconselháveis na gestão da política econômica.

O que a votação da lei dos meios audiovisuais revela sobre a política argentina?

No dia 10 de outubro de 2009, o governo da presidente Cristina Kirchner logrou aprovar, no Senado da Argentina, uma nova lei para os meios audiovisuais. Apesar da acirrada oposição dos grandes grupos de mídia daquele país, das reações contundentes de ONGs de peso e do ceticismo de parte da opinião pública, a lei foi aprovada, sem modificações, por cerca de dois terços do quórum presente, em uma sessão que entrou pela madrugada daquela sexta-feira.

A confortável maioria obtida pelo Executivo nessa votação pode não se repetir nos próximos meses, em vista da posse, em dezembro, dos deputados e senadores eleitos em junho de 2009. O kirchnerismo saiu derrotado daquele pleito, que renovou metade da Câmara dos Deputados e um terço do Senado argentino.

Por outro lado, o episódio revela instrumentos de pressão ao dispor da presidente, que poderá, senão construir uma maioria, pelo menos subjugar os ânimos da oposição e abrir espaços para a negociação.

Lei dos meios audiovisuais: uma pressão sobre os grupos de mídia

A Lei nº 26.522/2009, que regula os serviços de comunicação audiovisual na Argentina, representa uma importante mudança na política de comunicação social do país vizinho. Seus dispositivos, além de avançar na construção de um marco regulatório vocacionado a induzir à convergência tecnológica, impõem normas de combate à concentração econômica da mídia.

A imprensa argentina, tal como nos demais países latinoamericanos, caracteriza-se por forte monopolização. O grupo mais vigoroso, o *Clarín*, edita seu jornal diário, com tiragem média semanal de 350 mil exemplares e pico de 700 mil aos domingos, a maior da América Latina, respondendo por cerca de metade da tiragem de jornais de Buenos Aires e 60% da receita publicitária a eles destinada. O grupo possui ainda outros títulos de menor circulação em Buenos Aires e em outras províncias da Argentina, diretamente ou em sociedade com o grupo *La Nación*, que edita o jornal homônimo. No mercado de revistas, detém alguns títulos importantes. Controla, também, uma editora de livros escolares, *Tinta Fresca*.

O controle dos insumos para o mercado de edições de jornais e revistas é assegurado pela participação do *Clarín* (49%) na empresa *Papel Prensa*, fornecedora nacional de papel de imprensa, em conjunto com *La Nación* (22,5%) e com o poder executivo federal (27,5%), uma curiosa associação, sem paralelo em outros países.

Na mídia eletrônica, em que opera desde a década de oitenta, o grupo controla o canal aberto de televisão *Canal 13*, que alterna a liderança de audiência

com o canal *Telefé*, do grupo *Telefónica*. Detém outorgas para canais abertos em mais quatro cidades (Córdoba, Bahia Blanca, Bariloche e Río Negro). No mercado de rádio opera a rádio *Mitre*, vice-líder de audiência em AM, e a *La 100*, quarta colocada em FM.

Controla, também, cerca de 50% do mercado de televisão por assinatura e de 20% dos serviços de banda larga, pelos provedores *Multicanal*, *Cablevisión*, *Galaxy Argentina*, *Fibertel* e *Flash*, entre outras marcas.

O grupo *Clarín* mantém, tradicionalmente, relações de boa vizinhança com o governo, o que ocorreu inclusive no mandato de Néstor Kirchner. Mas, em março de 2008, quando os veículos do grupo posicionaram-se contra a decisão de elevar as *retenciones* sobre produtos agrícolas, detonando greves e bloqueios das estradas, o confronto com o atual governo tornou-se incontornável.

Esse embate teve, nos últimos meses, alguns episódios importantes: a quebra dos contratos de exclusividade para a veiculação de jogos de futebol, a vedação ao processo de fusão das operadoras *Cablevisión* e *Multicanal*, a pressão por mudanças no controle da *Papel Prensa* e as greves para desorganizar a distribuição de jornais. O debate da lei dos meios audiovisuais evoluiu nesse contexto.

Fracionamento das redes nacionais de tevê e de cabo

A lei argentina atualizou a licença, equivalente à nossa concessão, tornando-a independente de tecnologia, o que coloca todos os serviços de transporte de sinais audiovisuais sob um único instrumento autorizativo, com prazos e regras idênticos. Paralelamente, criou limites rigorosos à concentração e um exíguo prazo de um ano para que os grupos de mídia se ajustem às novas medidas.

O prazo de outorga foi limitado a dez anos, prorrogável uma única vez. Diminuiu-se o número de licenças que podem ser detidas por uma pessoa física ou jurídica. A programação da cabeça de rede que pode ser reproduzida pelas estações afiliadas ficou restrita a três horas diárias. Foi imposto um teto de 35% do total de assinantes do país ao alcance de cada operador de tevê a cabo. Essas restrições atingiram, sobretudo, o grupo *Clarín*.

Reações duras, mas inócuas

A oposição da imprensa argentina foi acirrada, o que não impediu o governo de obter uma confortável vitória em ambas as casas legislativas, abrindo caminho para implantar o novo órgão regulador da comunicação audiovisual antes da posse dos deputados e senadores eleitos, garantindo assim a supervisão do setor. Como pode um projeto que provocou tal reação ser aprovado por ampla margem?

Não é propriamente uma novidade. Como apontou o senador Pérez Alsina no debate da lei dos meios audiovisuais, das 87 proposições governistas oriundas da Câmara dos Deputados na atual legislatura, o Senado argentino aprovou 79 sem qualquer modificação.

O Executivo obteve, com sucesso, a mudança de orientação de alguns senadores de oposição, a pedido dos governadores das respectivas províncias. Essa estratégia revela um dos canais mais eficazes de que Cristina Kirchner dispõe para influir no Congresso. Foram os casos, por exemplo, de María Dora Sánchez, senadora por Corrientes da UCR, o partido radical, e de Rosa Díaz e José Martínez, senadores pela Terra do Fogo, integrantes da ARI, partido que forma a coalizão cívica, de oposição.

No primeiro caso, além do repasse de recursos ao governo regional, pesou a relação pessoal do governador Arturo Colombi com a Presidente e o apoio que vem recebendo na investigação da morte de um jornalista em sua província, Gonzáles Moreno, réu em um processo de peculato que supostamente envolveria o governador. No segundo caso, a Terra do Fogo, que também depende das verbas federais, demanda apoio para aprovação de uma lei de incentivos fiscais à fabricação de bens do setor eletroeletrônico em seu território.

As pressões sobre os governadores, decorrentes da administração dos repasses às províncias, são uma arma política de grande eficácia no Senado. As províncias também se ressentem da necessidade de apoio federal para a aprovação de leis de seu interesse, tendo que negociá-lo com a Presidente. Também pesa, no Senado, a falta de uma coordenação política da oposição, que é pulverizada em vários partidos e tendências, contexto que poderá persistir após 10 de dezembro, quando os novos deputados e senadores eleitos em junho de 2009 tomam posse, inaugurando um Legislativo com maioria oposicionista.

A promessa de um novo relacionamento entre Cristina Kirchner e o Legislativo de seu país, calcado na independência e em oposição efetiva, tema que foi pedra de toque do debate político das eleições de junho, poderá vir a se frustrar. Os mecanismos de influência do governo central são muito fortes, mesmo em minoria. Por isso, é possível que as análises que dão por contados os dias dos Kirchner na política argentina tenham que aguardar o fim do atual mandato para se confirmarem. Ou até um pouco mais...